

“Fundap criava emprego na China e atrapalhava o Brasil”

Afirmção é do senador Romero Jucá, acusado de receber dinheiro da Odebrecht para aprovar projeto que prejudicou o Espírito Santo

Marcos Rosetti
BRASÍLIA

Líder do governo no Congresso, o senador Romero Jucá (PMDB) chamou de “desinformados e picaretas” os que o acusam de ter prejudicado o Espírito Santo ao contribuir para tirar força do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap).

“Errado era dar incentivo fiscal e criar emprego na China, na Coreia. O Fundap era uma ação contra o Brasil, contra nossas indústrias. Não houve interferência da Odebrecht, nenhuma ilegalidade. O Espírito Santo dava incentivo à importação de produtos estrangeiros que iam para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais com alíquota de 17%, 15%, 14%”, disse.

Jucá fez a afirmação ao respon-

der a críticas do senador Magno Malta (PR), que o acusou por ter assinado o projeto que reduziu a alíquota do Fundap. “Estamos tomando providências junto ao Judiciário para anular essa canalhice feita contra o nosso Estado. E o pai do monstro é Juca”, disse Malta.

Os dois divergiram no plenário e só não partiram para a briga porque foram contidos. Na mesma sessão de terça-feira, Malta voltou à tribuna do Senado e pediu desculpas pelas ofensas a Jucá.

Indagado pela reportagem sobre ter conhecimento da ação da bancada capixaba para anular o projeto de resolução 72/2010, que reduziu as alíquotas do Fundap de 12% para 4%, ele respondeu: “Eu acho que isso é um equívoco. O que nós fizemos foi acabar com uma guerra fiscal de portos, foi dar incentivo à importação. Foi uma medida correta para todo o Brasil.

Sobre a delação do ex-diretor da Odebrecht, Cláudio Melo Filho, que o acusa de ter recebido da empreiteira para aprovar o projeto, ele disse: “As denúncias não implicam em nada disso. Até onde sei, a Odebrecht não é importadora de produtos. Não existe nada ilegal.”



JUCÁ chamou de “picareta” quem o acusa de prejudicar o Espírito Santo

Janot recebe queixa da bancada e pede mais dados

Após se reunir ontem com integrantes da bancada capixaba, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu tempo para analisar a denúncia e solicitou mais documentos sobre o caso.

Ele pediu aos parlamentares que foram a seu gabinete que aguardem a homologação da delação premiada do ex-diretor da Odebrecht, Cláudio Melo Filho. O delator disse que a empresa pagou R\$ 4 milhões a senadores para garantir a aprovação do projeto que reduziu alíquota de importação do ICMS de operações interestaduais, de 12% para 4%, inviabilizando o Fundap.

O Estado teria sofrido prejuízo em torno de R\$ 5 bilhões. Um trecho do documento entregue pelo coordenador da bancada, deputado Marcus Vicente (PP-ES) surpreendeu Janot, que admitiu desconhecer a existência do Fundap.

“Caso seja confirmada a denúncia apresentada na delação premiada do ex-diretor da Odebrecht, restará configurada a inconstitucionalidade da norma”, cita o documento. Participaram da reunião os senadores Ricardo Ferraço (PSDB), Magno Malta (PR) e Rose de Freitas (PMDB). E os deputados, Marcus Vicente, Lelo Coimbra (PMDB), Jorge Silva (PHS) e Sérgio Vidigal (PDT).